

Discurso e HIV/Aids: uma análise de manchetes das revistas brasileiras *Veja* e *Galileu* sob a perspectiva arqueogenealógica de Michel Foucault

Discourse and HIV/Aids: an analysis of headlines from the Brazilian magazines Veja and Galileu from the archaeogenealogical perspective by Michel Foucault

Thiago Henrique Ramari¹

Pedro Navarro²

RESUMO

Este artigo analisa discursos a respeito da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids) na imprensa brasileira, a partir do método arqueogenealógico de Michel Foucault. A pandemia, causada pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), começou no início dos anos de 1980 e segue até a atualidade. O material de análise é composto por duas manchetes publicadas em décadas diferentes, a primeira da revista *Veja* (edição nº 1.077, de 26 de abril de 1989) e a segunda da revista *Galileu* (edição nº 313, de agosto de 2017). Para compreendê-las a partir da ótica discursivo-foucaultiana, o percurso teórico-analítico enfoca as regras de formação do objeto, das modalidades enunciativas e dos conceitos, abordando os entrelaçamentos das noções de enunciado, discurso, formação discursiva, *a priori* histórico e arquivo. Como resultado, observa-se que as manchetes trazem discursos derivados da medicina, do direito e da religião, reforçando a ligação entre a enfermidade e o grupo de homens que fazem sexo com outros homens.

Palavras-chave: Pandemia de Aids. Imprensa brasileira. Método arqueogenealógico.

ABSTRACT

This article analyzes discourses about the Acquired Immunodeficiency Syndrome (Aids) in the Brazilian press, based on Michel Foucault's archaeogenealogical method. The pandemic, caused by the Human Immunodeficiency Virus (HIV), began in the early 1980s and continues to the present. The analysis material consists of two headlines published in different decades, the first one of *Veja* magazine (issue 1.077, April 26, 1989) and the second one of the *Galileu* magazine (issue nº 313, August 2017). In order to understand them from a Foucaultian-discursive perspective, the theoretical-analytical path focuses on the formation rules of object, statement modalities and concepts, approaching the intertwining of the notions of statement, discourse, discursive formation, historical *a priori* and archive. As a result, it is observed that the headlines bring discourses derived from medicine, law and religion, reinforcing the link between the disease and the group of men who have sex with other men.

Keywords: Aids pandemic. Brazilian press. Archaeogenealogical method.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Maringá/PR, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6267-6407>. E-mail: thiagohenriqueramari@gmail.com.

² Docente da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Maringá/PR, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3267-4985>. E-mail: navarro.pl@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids)³ originou um acontecimento discursivo, em escala global, a partir do ano de 1981. Com o registro das primeiras mortes causadas pela doença, desconhecida em aspectos epidemiológicos até 1983⁴, enunciados irromperam e discursos se constituíram, dentre os quais uma parcela persiste até a atualidade. Com o passar do tempo, e diante do acumulado de evidências científicas, novos discursos encontraram condições de visibilidade, deflagrando por vezes um enfrentamento para com os anteriores - substituindo-os ou delineando uma relação de coexistência. Nesse contexto, o jornalismo foi – e ainda é – um dos campos em que os embates discursivos e os processos de ressignificação se dão com mais visibilidade na sociedade acerca dessa síndrome.

O método arqueogenealógico, desenvolvido por Michel Foucault, oferece um caminho para a compreensão do fenômeno da Aids no mundo. É por meio dele que o presente artigo objetiva refletir sobre os discursos do “acontecimento Aids” no contexto brasileiro, a partir da análise de elementos enunciativos constituintes das manchetes de duas publicações jornalísticas nacionais. A primeira é da edição nº 1.077 da revista semanal *Veja*, publicada em 26 de abril de 1989, na qual uma fotografia do cantor e compositor Agenor de Miranda Araújo Neto, conhecido popularmente como Cazuza, traz sobreposto o título: “Cazuza: Uma vítima da Aids agoniza em praça pública”. A segunda é da edição nº 313 da revista mensal *Galileu*, publicada em agosto de 2017, na qual uma imagem do artista Gabriel Estrela é acompanhada pelo seguinte texto: “Eu vivo com HIV e o preconceito é a pior parte”. Entre ambas as edições, há uma diferença temporal de 28 anos.

Toda a discussão ampara-se no seguinte problema: como as regras de formação discursiva (objetos, modalidades enunciativas, conceitos e temas), que compõem o método arqueogenealógico, circunscreveram o “acontecimento Aids” nas manchetes publicadas pela *Veja*, em 1989, e pela *Galileu*, em 2017? Os objetos, escolhidos pela descontinuidade histórica que delimitam, são monumentalizados e não tomados como testemunhos de certa vontade de verdade – em outras palavras, lança-se luz sobre “[...] uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-

³ Não há consenso sobre a grafia da sigla Aids no Brasil. Enquanto autores como Daniel (1991), Jardim (2019), Jeolás (2007), Paz (2007) e Sanches (2016) utilizam letras minúsculas (aids), Ferrari Soares (2019) e Timerman e Magalhães (2015) optam pelas letras maiúsculas (AIDS) e Soares (2001), pela inicial maiúscula (Aids). Este artigo segue o último caso, por considerar que o acrônimo tem o peso semântico de um substantivo próprio nas práticas discursivas da sociedade. As exceções presentes neste texto decorrem de citações diretas de obras ou reportagens cujos(as) autores(as) grafam a sigla de modo diferente.

⁴ O Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), agente causador da Aids, por exemplo, só foi descoberto em 1983, pelo Instituto Pasteur de Paris (FRANCE, 2017).





relacionados, organizados em conjuntos” (FOUCAULT, 2017, p. 8), para que sejam compreendidos discursivamente. A partir desse recorte, é possível contribuir com o delineamento dos discursos que constituíram e/ou constituem o campo do saber relativo à Aids, possibilitando uma reflexão sobre esse acontecimento no Brasil.

Este artigo se insere, portanto, entre as pesquisas que, com base na ótica discursivo-foucaultiana, analisam o acontecimento da Aids no Brasil. Dentre elas, destaca-se a de Sanches (2016), que também lança um olhar para os discursos sobre essa pandemia a partir de superfícies de emergência de ordem midiática. Nela, o autor analisa o modo como enunciados veiculados pelo jornal *Folha de S. Paulo*, pela revista *Veja* e por campanhas televisivas produzidas pelo Ministério da Saúde, nos anos de 1983, 1987 e 1988, compuseram os processos de construção do saber a respeito da Aids e de subjetivação dos sujeitos diagnosticados como soropositivos para HIV. O trajeto analítico de Sanches (2016) demonstra que, por meio de um atravessamento entre diferentes campos do saber, como o médico, o matemático, o político, o militar, o religioso e o desportivo, a síndrome foi discursivizada e os indivíduos infectados foram objetivados e submetidos a um processo de subjetivação também produzido por discursos da mídia.

2 CONCEITOS FUNDAMENTAIS AO MÉTODO ARQUEOGENEALÓGICO

Antes de mobilizar as regras de formação discursiva na análise proposta, é necessário atentar para conceitos fundamentais ao método arqueogenealógico foucaultiano. Um deles é o de discurso, que diz respeito a “[...] um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva [...]” e para os quais “[...] podemos definir um conjunto de condições de existência” (FOUCAULT, 2017, p. 143). Esta definição se desdobra de uma distinção que Foucault faz entre as chamadas história global e história geral: enquanto a primeira, criticada, oculta as discontinuidades históricas em prol de uma formulação linear e totalizante dos fatos, a outra, defendida, salienta rupturas e dispersões, tentando demonstrar quais relações existem entre elas. A percepção de que existem diferentes condições de existência para os enunciados posiciona o discurso junto à história geral, como “[...] fragmento de história, unidade e discontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade” (FOUCAULT, 2017, p. 143).

A distinção entre história global e história geral é relevante ao pensamento foucaultiano, porque determina o entendimento de discurso e, por corolário, de sujeito, visto em termos de modalidades



enunciativas, ou seja, em termos de posição que ocupa ao enunciar e da legitimação que lhe é atribuída para fazê-lo. A história global é essencial à fundação de um sujeito que se pretenda uno, porque, ao “[...] fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da consciência humana o sujeito originário de todo devir e de toda prática [...]” (FOUCAULT, 2017, p. 15), tenta-se estabelecer uma linha lógica entre os fatos, na qual o indivíduo teria plena consciência de si e de suas ações. Na história geral, essa abordagem é contestada, visto que a descontinuidade, “[...] estigma da dispersão temporal que o historiador se encarregava de suprimir [...]” (FOUCAULT, 2017, p. 10), ganha importância e mostra que cada discurso eclode quando encontra as condições adequadas de visibilidade, possibilitando a formação de subjetividades correspondentes. Em vez de possuir um centro único, dotado de um princípio, de uma significação e de uma visão de mundo, a história é, conforme o filósofo, um espaço de dispersão, ao qual os discursos e as subjetividades estão relacionados.

Outro conceito é o de acontecimento, “[...] o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas [...]” (FOUCAULT, 2017, p. 33), a propósito de um fato. Trata-se, em outras palavras, do conjunto de discursos que eclodiu a partir de uma dada situação, atribuindo a esta última determinadas formas de existência. Foucault (2017) considera que os enunciados são finitos, porque derivam de condições de aparecimento também finitas, tendo entre si relações diversas: de dominação, de submissão, de oposição, de coexistência, de complementariedade etc. Em vista dessa perspectiva, a Aids, por exemplo, propiciou o surgimento de um acontecimento discursivo, com a irrupção de enunciados que obedecem a diferentes condições de existência e, por isso, mantêm diferentes relações entre si.

O enunciado, por sua vez, é o “átomo do discurso” (FOUCAULT, 2017, p. 96), isto é, a parte mais elementar, manifestada por meio de signos linguísticos ou não, sejam eles naturais ou artificiais. Desse modo, ele é encontrado, como explica Foucault (2017), em frases, proposições, *speech acts*, bem como em árvores genealógicas, equações matemáticas, livros contábeis e, é possível acrescentar, diferentes tipos de imagens, a exemplo das fotografias. É a possibilidade de existência enunciativa que garante às realizações elencadas um valor de acontecimento discursivo, em um dado momento histórico. Esse elemento, o enunciado, não é neutro nem independente, surge diante de condições de existência favoráveis e estabelece relações com unidades do mesmo tipo, sejam elas anteriores, contemporâneas ou posteriores, formando grupamentos ou confrontos. Em análises discursivas realizadas sob a ótica foucaultiana, busca-se compreender por que determinados enunciados surgem em detrimento de outros para atribuir formas de existência aos objetos. A investigação primeira se dá pelo enunciado, pois ele sempre tem uma existência material e pode ser isolado em si mesmo.

Um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas às [sic] situações que o provocam, e às [sic] consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, aos [sic] enunciados que o precedem e o seguem (FOUCAULT, 2017, p. 35).

Os enunciados, quando agrupados por similaridades em discursos, dão origem às formações discursivas, ou seja, regras de constituição dos discursos em si. Essas similaridades são múltiplas e contemplam o sistema de dispersão e as regularidades (ordens, correlações, posições, funcionamentos e transformações) entre objetos, conceitos e escolhas temáticas, por exemplo. Nas palavras de Foucault (2017, p. 80-81), “uma formação discursiva será individualizada se se puder definir o sistema de formação das diferentes estratégias que nela se desenrolam; em outros termos, se se puder mostrar como todas derivam [...] de um mesmo jogo de relações”. Uma formação discursiva se relaciona, necessariamente, com outras formações discursivas, da mesma forma que se observa com os enunciados isoladamente. Essa rede de relações é a própria prática discursiva, entendida por Foucault (2017, p. 56) da seguinte forma:

[...] elas [as relações discursivas] estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem objetos de que ele pode falar, ou antes (pois essa imagem da oferta supõe que os objetos sejam formados de um lado e o discurso, do outro), determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicitá-los etc. Essas relações caracterizam não a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática.

Quando enunciados eclodem e dão origem a discursos e a formações discursivas, todo o conjunto se inscreve na história ou, como Foucault (2017) afirma, no *a priori* histórico. Trata-se de uma condição de realidade ou, ainda, de uma história determinada, já que envolve enunciados efetivamente ditos, circunscrevendo uma dispersão em si - “[...] tem de [se] dar conta do fato de que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho” (FOUCAULT, 2017, p. 155). Automaticamente, inscreve-se também no arquivo, ou seja, o grupamento de todos os discursos, no qual regularidades específicas se mantêm e se confrontam continuamente. Ao unir todos os discursos, o arquivo revela os sistemas que os regem e as suas singularidades, compondo uma topografia acidentada e repleta de rupturas, como

se observa no conceito de história geral. O arquivo também delimita discursivamente a relação traçada com objetos ou referenciais os mais diversos. É impossível ter acesso completo a ele, mas é preciso compreender as determinações que impõe à sociedade, derivadas dos jogos que refletem a irrupção de enunciados, discursos e formações discursivas que lhe são constituintes. Logo, o sujeito e a história são construídos nessa dinâmica.

A relação entre todos esses conceitos viabiliza, assim, uma estrutura que se verticaliza do elemento atômico, o enunciado, ao elemento que, de tão amplo, é impossível de ser visualizado em sua completude, o arquivo. A partir do enunciado, observa-se a formação de discursos que, pelas regras de surgimento que lhe são próprias, definem formações discursivas. Todo esse conjunto estabelece práticas que se inscrevem no *a priori* histórico e compõem, na sequência, o chamado arquivo. O enunciado traduz em si um acontecimento que, ao aderir a um conjunto de enunciados, estabelece um discurso que integra o arquivo desde sempre *in progress*. Nessa estrutura verticalizada, as influências se dão nos dois sentidos, do enunciado ao arquivo e do arquivo ao enunciado, modificando todos os elementos entre eles. Como explica Foucault (2017, p. 87), o sistema é de dependência, no qual cada elemento é dependente daqueles que o antecedem, “[...] mas as relações se estabelecem igualmente em uma direção inversa”, já que “os níveis inferiores não são independentes dos que lhes são superiores”.

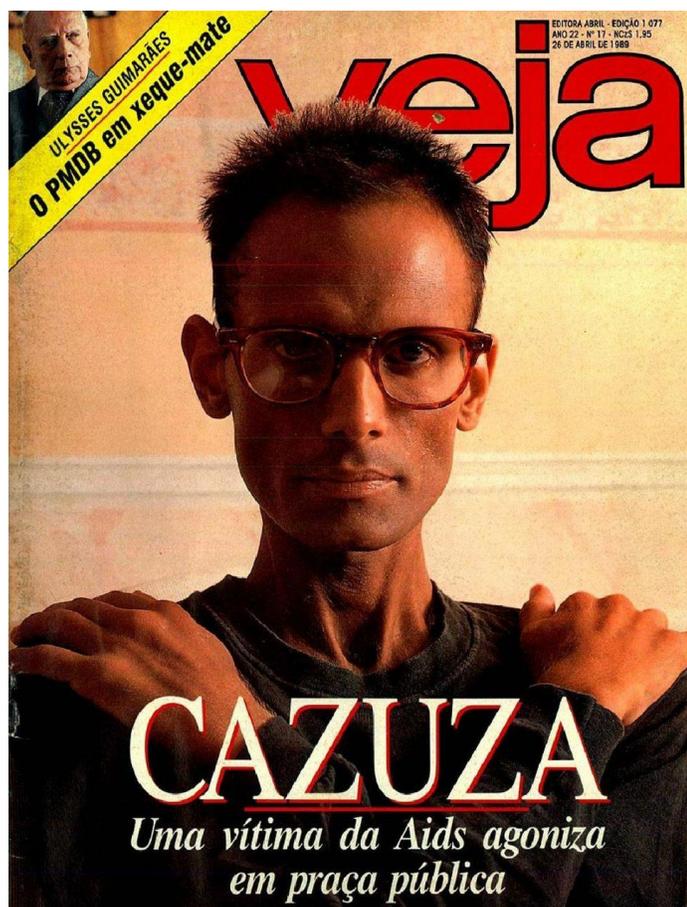
3 ANÁLISE ARQUEOGENEALÓGICA DAS MANCHETES DE *VEJA* E *GALILEU*

A análise pelo método arqueogenealógico traz, no seu gene, a necessidade de desnaturalizar discursos, implicando os conceitos abordados na seção anterior e as regras de formação discursiva, tratadas a seguir. Por meio de tal reflexão, entende-se também a formação de subjetividades, isto é, o modo como os sujeitos são afetados pelos discursos em circulação, assumindo-os ou a eles fazendo algum tipo de resistência. Em vista disso, o trajeto analítico deve levar em conta as dispersões históricas como forma de atender aos próprios objetivos.

É preciso pôr em questão [...] essas sínteses acabadas, esses agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame, esses laços cuja validade é reconhecida desde o início; é preciso desalojar essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-las da sombra onde reinam. E ao invés de deixá-las ter valor espontaneamente, aceitar tratar apenas, por questão de cuidado com o método e em primeira instância, de uma população de acontecimentos dispersos (FOUCAULT, 2017, p. 26).

Nesse sentido, toda análise começa a partir do elemento discursivo considerado mínimo, o enunciado, pela facilidade de isolá-lo. Foucault (2017, p. 123) chama a atenção para o fato de que o enunciado precisa estar materializado, isto é, “[...] ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data”, pois qualquer mudança nesses fatores constitui um novo objeto. Mesmo que seja composta por palavras idênticas, “[...] uma frase não constitui o mesmo enunciado se for articulada por alguém durante uma conversa, ou impressa em um romance; se foi escrita um dia, há séculos, e se reaparece [...] em uma formulação oral” (FOUCAULT, 2017, p. 122). Com base nessas condições, a reflexão proposta neste artigo se atém aos elementos constituintes de manchetes sobre HIV/Aids publicadas nas capas de duas revistas brasileiras – a *Veja* e a *Galileu*.

Figura 1: Capa da edição 1.077 da revista *Veja*



Fonte: *Veja*

A edição selecionada da revista semanal *Veja* foi publicada em 26 de abril de 1989 e circulou em todo o território nacional. A capa traz duas chamadas para reportagens internas, uma delas a

manchete, objeto deste artigo. Esta é composta por um título, “Cazuza: Uma vítima da Aids agoniza em praça pública”, e por uma fotografia na qual o cantor e compositor brasileiro aparece bastante magro e com cabelos ralos e desarrumados, uma fisionomia diferente daquela vista nas capas dos seus primeiros álbuns musicais. Conhecido como um poeta rebelde que se relacionava sexualmente com homens e mulheres e que consumia drogas (LIMA, 2016), Cazuza morreu pouco mais de um ano depois, em 7 de julho de 1990, por complicações derivadas da Aids.

Figura 2: Capa da edição 313 da revista *Galileu*



Fonte: *Galileu*

Já a edição 313 da revista mensal *Galileu* circulou 28 anos depois, em agosto de 2017. Ao todo, traz seis chamadas na capa, uma delas a manchete (mais chamativa, em letras maiúsculas e minúsculas na cor branca, contrastando com o fundo avermelhado da capa), constituída por um título (“Eu vivo com HIV e o preconceito é a pior parte”); por uma linha-fina (“Teste de farmácia começa a ser vendido neste mês e remédio preventivo deve chegar até o fim do ano – a ciência avança para conter a aids, mas o estigma continua o mesmo”);

mas o estigma continua o mesmo”); por uma fotografia (na qual se observa o artista Gabriel Estrela, que exibe uma aparência considerada saudável, vestindo camisa branca e blazer vermelho); e por uma legenda (“Gabriel Estrela, youtuber⁵ recebeu o diagnóstico há 7 anos”). Estrela realiza o tratamento contra HIV desde 2010, preservando a própria saúde.

Apresentados os enunciados que compõem as manchetes selecionadas das revistas *Veja* e *Galileu*, este artigo realizará, nas próximas subseções, uma reflexão arqueogenealógica com enfoque nas regras de formação de objetos, modalidades enunciativas e conceitos em torno da pandemia de Aids no contexto brasileiro, remetendo-se sempre aos conceitos de acontecimento, enunciado, discurso, formação discursiva, *a priori* histórico e arquivo, explicitados anteriormente.

3.1 Condições de emergência do objeto

Para responder à pergunta que baseia este artigo, o primeiro ponto a ser observado é o das condições de emergência do objeto, isto é, a partir de qual momento o HIV e a Aids encontraram condições para serem discursivizados. Ambas as manchetes só tratam sobre HIV/Aids, porque houve antes o início da pandemia correspondente, a nomeação da doença (Aids) e a descoberta do agente causador (HIV). Sem a eclosão da Aids no mundo – doença que acarretou 36,3 milhões de mortes até 2021, conforme a Un aids (ESTATÍSTICAS, 2021) –, talvez não houvesse ainda discursos relacionados à enfermidade. Tal condicionalidade se deve ao fato de que o acontecimento discursivo se deu apenas quando a Aids se tornou uma questão mundial e, sobretudo, europeia e norte-americana: enquanto a doença estava contida no continente africano, desde que o vírus saltou dos símios para os humanos entre o fim do século XIX e o início do século XX⁶, não houve condições de emergência para o acontecimento discursivo em escala global.

Esse contexto mostra que os acontecimentos discursivos dependem de objetos cuja emergência se apoie em um feixe de relações que podem incluir, por exemplo, instituições e processos econômicos e sociais. Dada a preponderância da Europa e dos Estados Unidos, pode-se inferir que a Aids só se tornou o objeto de um acontecimento discursivo mundial quando foi confirmada entre os

⁵ À época da publicação da *Galileu*, Estrela era mais conhecido no país pelo trabalho realizado no canal Projeto Boa Sorte, no YouTube. Há três anos, quando o canal foi desativado, ele passou a se dedicar com mais ênfase à carreira artística.

⁶ Jardim (2019, p. 15) afirma que o HIV “[...] já existia entre os chimpanzés que viviam na região onde hoje é a República Democrática do Congo e seu entorno” e que, entre o fim do século XIX e início do século XX, alcançou o organismo humano, “[...] possivelmente em alguma caçada ou no preparo da comida”. Desde então, o vírus se espalhou devido às atividades coloniais, sobretudo de europeus, no continente africano. Soares (2001, p. 33) faz uma leitura semelhante e aponta que “[...] a amostra de sangue mais antiga proveniente de um ser humano comprovadamente infectado pelo HIV-1, datada de 1959, é a de um indivíduo originário do antigo Congo-Zaire”.

habitantes desses locais. A atribuição de um nome à enfermidade, as pesquisas que identificaram os dois tipos de vírus (HIV-1 e HIV-2) e os discursos que determinaram a maneira como a sociedade viu/vê essa condição de saúde só aconteceram após o registro de casos em países desenvolvidos. Nesse contexto, a marginalização da África fez com que a Aids não fosse discursivizada globalmente durante décadas. Afinal, como afirma Foucault (2017, p. 55),

[...] elas [as diversas relações] não definem a constituição interna do objeto, mas o que lhe permite aparecer, justapor-se a outros objetos, situar-se em relação a eles, definir sua diferença, sua irredutibilidade e, eventualmente, sua heterogeneidade; enfim, ser colocado em um campo de exterioridade.

Além das condições de emergência, há as condições de delimitação do objeto. Assim, a partir da medicina, traçaram-se relações variadas com outros campos do saber, formando um conjunto que delimitou as abordagens discursivas ao objeto HIV/Aids. Com base nas capas sob análise, pode-se elencar, pelo menos, dois deles: o direito e a religião – por meio do primeiro, relacionou-se a doença à penalidade, à irresponsabilidade e ao perigo social; e por meio do segundo, às noções de pecado, castigo e peste.

Em *Veja* e *Galileu*, a medicina está na nomeação da doença e do vírus; nas referências à agonia, à ciência, ao teste de farmácia e ao remédio preventivo; e na apresentação dos corpos dos “pacientes” Cazuzu e Gabriel Estrela para o escrutínio público. O direito, por sua vez, destaca-se na noção de “vítima” da Aids, atribuída a Cazuzu, e ao caráter declarativo/confessional do enunciado “Eu vivo com HIV”, relacionado a Estrela. No contexto dado, para ser vítima/viver com HIV, o discurso do direito assenta-se sobre um campo associativo, no interior do qual se produziu a ideia de que os personagens fizeram algo contra eles mesmos, cometeram alguma irresponsabilidade pela qual foram penalizados, figurando, desde então, como uma espécie de perigo biológico. A religião, por fim, delinea-se a partir do destaque dado aos dois fotografados: Cazuzu, bissexual, e Estrela, homossexual, são expostos como pecadores, pois contrariaram/contrariam as normativas bíblicas e, por isso, foram castigados com uma peste (doença). A exposição pública deles vincula às duas manchetes um efeito de poder que visa à docilização e ao controle do corpo da população, visto soar como um alerta para que o restante da sociedade evite os mesmos pecados e não seja igualmente castigado, em uma estratégia que remete à Inquisição – tal relação é mais explícita com Cazuzu, que “agoniza em praça pública”, como alguém já condenado.

Por fim, há as condições de especificação, a partir das quais se separa, opõe, associa, agrupa e classifica diferentes fatores do objeto, colocando alguns deles em evidência. Nessa análise, destaca-se

o fato de que a imprensa sempre associou o HIV e a Aids a determinados grupos, sobretudo o de homens que fazem sexo com outros homens, com destaque para os homossexuais e os bissexuais⁷. As capas de *Veja* e *Galileu* são exemplos disso: os dois fotografados são não heterossexuais e servem como uma grade de especificação para a abordagem discursiva das manchetes e das respectivas reportagens – como se a Aids fosse uma doença de homens que fazem sexo com outros homens. Jardim (2019, p. 10) verifica que, no início da pandemia, “[...] houve a tendência de circunscrever o problema a determinados ambientes” e que “essa visão equivocada [...] causou danos à saúde pública e justificou a discriminação, sobretudo dos homossexuais”. Essa especificação reforça os três discursos acima mencionados: o da medicina, o do direito e o da religião.

3.2 Formação das modalidades enunciativas

No que diz respeito à formação das modalidades enunciativas das manchetes selecionadas, outros critérios devem ser analisados. O primeiro deles é a fonte do discurso, a pessoa ou a instituição que fala, que utiliza a linguagem para materializar o enunciado sobre o objeto. Trata-se de alguém que, segundo Foucault (2017, p. 61), goza do privilégio de falar sobre determinado objeto e de ter o que enuncia alçado à condição de um discurso verdadeiro; é alguém que, perante a sociedade, pode proferir o discurso em questão por “[...] direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito [...]”. Nas manchetes analisadas, não foi possível identificar os responsáveis pelas produções dos enunciados verbais e imagéticos, mas certamente eram jornalistas, os profissionais habilitados a trabalhar em veículos de comunicação. Social e tradicionalmente, os jornalistas são especialistas em comunicação, comprometidos em pautar, apurar, produzir, editar e divulgar reportagens sobre assuntos de interesse público, além de outros materiais específicos a cada meio, a exemplo das capas dos jornais e revistas impressos. De acordo com o Código de Ética dos Jornalistas (FEDERAÇÃO..., 2007), “o compromisso fundamental [desses profissionais] é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação”. Desse modo, tudo o que esses profissionais dizem/escrevem tende a ser tomado como verdadeiro, chancelando discursos.

⁷ Um dos primeiros registros dessa especificação na imprensa ocorreu em 3 de julho de 1981, quando o *The New York Times* publicou a reportagem “Rare cancer seen in 41 homosexuals”, com a seguinte linha-fina: “Outbreak Occurs Among Men in New York and California – 8 Died Inside 2 Years” (ALTMAN, 1981). Nessa época, como o vírus ainda não havia sido descoberto, a doença era tratada como um “câncer raro”.

O segundo critério para a formação das modalidades enunciativas trata dos lugares institucionais onde aquele que fala, no caso os jornalistas, obtém e aplica os discursos em questão. Os enunciados que compõem as manchetes têm atravessamentos variados, incluindo as reportagens que lhes dão suporte (as reportagens de *Veja* e *Galileu* contêm dados diversos e declarações de especialistas e personagens), a linha editorial das publicações (*Veja*, conservadora e alinhada politicamente à direita, em um momento no qual a Aids figurava como sentença de morte; *Galileu*, progressista e com vocação para a divulgação científica, em um momento posterior, no qual já havia tratamento eficaz e gratuito para sujeitos que viviam com HIV) e a teoria jornalística (busca pela neutralidade e pelo apelo comercial, a fim de conquistar junto aos leitores credibilidade e interesse pela compra/assinatura das publicações). A aplicação dos enunciados materializados a partir desses pontos se dá nas capas das duas edições, expostas nas bancas ou entregues diretamente nas residências dos assinantes. Destaca-se também o fato de as reportagens que baseiam as manchetes serem consideradas as mais relevantes das edições para o público-leitor – por isso, o destaque nas capas. Assim, trata-se de um reforço de validação ainda mais intenso dos discursos ali expostos, que lançam determinados olhares sobre os objetos – no caso, o HIV e a Aids.

O último critério para a formação das modalidades enunciativas é o da posição do sujeito. De acordo com Foucault (2017), trata-se do sujeito que questiona, ouve e observa, segundo uma grade de interrogações e um programa de informações, possibilitando, assim, a prática discursiva. “[O sujeito] está situado a uma distância perceptiva ótica cujos limites demarcam a parcela de informação pertinente; [e] utiliza intermediários instrumentais que modificam a escala da informação [...]” (FOUCAULT, 2017, p. 63). Tomando a *Veja* e a *Galileu* como posições enunciativas no estrato social, pode-se considerar que os jornalistas responsáveis pela composição das manchetes estavam, desse lugar na hierarquia interna das redações, afetados pelas relações de poder que ali se materializavam de forma incontornável, abrangendo os processos de construção das reportagens, as características constitutivas das publicações e os interesses das direções das empresas de comunicação. A posição desses profissionais dentro de tais redações é uma condicionante para os enunciados das manchetes sobre HIV/Aids.

Observa-se, assim, que a *Veja* e a *Galileu* aderiram ao discurso que trata a Aids como condição ligada, principalmente, aos homens que fazem sexo com outros homens, dada a delimitação do objeto discursivo aos textos e fotografias das manchetes. Dessa forma, os enunciados da área médica se revelam relacionados a outros comumente observados no caso do HIV/Aids, como são os do direito e da religião, reforçando discursos já inseridos no *a priori* histórico e ampliando um segmento do

arquivo que se mostra operante desde a década de 1980 no Brasil – o de que a Aids é uma doença de homossexuais/bissexuais; o de que os homens que vivem com HIV foram irresponsáveis e se tornaram um perigo à sociedade (eles podem transmitir o vírus a outras pessoas); e o de que eles vivem em pecado e, por isso, foram castigados com uma peste (assim como as dez pragas que assolaram o Egito antigo, de acordo com a Bíblia). Os discursos das capas usufruem da percepção que a sociedade tem sobre jornalistas e veículos jornalísticos – atores sociais comprometidos com a verdade dos fatos –, chancelando os discursos ao qual aderem.

3.3 Formação dos conceitos

A organização e a circulação dos enunciados também dão origem e reforçam conceitos na sociedade. Foucault (2017, p. 68) afirma que o conjunto de regras para apresentação de enunciados em série e os esquemas de dependências, ordens e sucessões “[...] distribuem os elementos recorrentes que podem valer como conceitos”. Isso quer dizer que os enunciados, ao lançarem luz sobre determinadas partes dos objetos e circularem em determinados espaços, possibilitam a formulação de determinados conceitos – e, desse modo, quando há uma mudança discursiva, conceitos podem cair por terra ou serem reformulados. Com o acontecimento discursivo da Aids, por exemplo, houve primeiro a adoção e depois a substituição do conceito de “grupo de risco”, elaborado originalmente no século XX no âmbito da medicina, pelas noções de “comportamento de risco” e “exposição de risco”.

A noção de grupo de risco foi criada pela Epidemiologia em meados do século XX. Inicialmente, ela serviu para indicar a probabilidade da ocorrência de uma doença, ou de qualquer outro fator relacionado à saúde em uma população, durante um período de tempo. Era uma indicação estatística. Com a chegada da aids, vários outros significados se agregaram, desvirtuando o conceito original. A noção de grupo de risco deixou de ter um valor estatístico e passou a designar entidades culturalmente definidas, como os homossexuais ou os usuários de drogas injetáveis. Estas comunidades, definidas na forma de tipos – o gay, o drogado – já não eram consideradas sujeitas a riscos, mas passaram a ser elas próprias um perigo para o resto da população (JARDIM, 2019, p. 44).

A disposição dos enunciados nas capas de *Veja* e *Galileu* reforça conceitos médicos sobre HIV/Aids, contemporâneos ou não. No caso de *Veja*, a imagem fragilizada de Cazuza reafirma a noção desvirtuada de grupo de risco nos anos de 1980. O cantor e compositor incorpora os grupos de riscos mais abordados discursivamente à época, validando a Aids como uma doença de homossexuais/bissexuais e usuários de drogas. Ao mesmo tempo, o uso do verbo “agonizar” reforça o próprio conceito de Aids vigente à época, o de uma doença imunossupressora fatal - os tratamentos

não eram eficazes e o chamado AZT era utilizado, conforme Guibert (1995), a partir de uma queda significativa das células CD4 (responsáveis pela defesa do organismo) até o limite de tolerância do organismo, um eufemismo para a morte. Na manchete de *Veja*, a força discursiva/conceitual foi forte o suficiente para que provocasse uma repercussão negativa junto aos familiares de Cazuzza e aos leitores em geral. Em entrevista ao jornal *O Estado de S.Paulo* (1989, Caderno 2, p. 3), o pai do artista, o empresário João Araújo, declarou: “ninguém tem o direito de sentenciar os outros, condenar uma pessoa à morte, ou, pior que isso, declará-la morta por antecipação”.

Na revista *Galileu*, a fotografia que acompanha a manchete não denota fragilidade, embora lance, da mesma forma, visibilidade sobre o grupo dos homossexuais. Ainda que Gabriel Estrela tenha sido fotografado com roupas elegantes, cabelo bem assentado e sorriso sutil no rosto, a relação entre HIV/Aids e homossexualidade persiste, reforçando a noção de grupo de risco, que, diferentemente da época em que *Veja* circulou, era considerada ultrapassada em 2017. De acordo com o Unids (2017, p. 21), “são os comportamentos, e não o pertencimento a um determinado grupo, que colocam os indivíduos em situações que podem expô-los ao HIV”. A posição da entidade internacional revela um deslocamento conceitual possibilitado por outros enunciados que integraram um “[...] sistema de dependência entre o que se aprendeu, o que se viu, o que se deduz, o que se admite como provável, o que se postula” (FOUCAULT, 2017, p. 68). Se, nas décadas de 1980 e 1990, falava-se em grupos de risco devido à incidência da Aids entre homossexuais e usuários de drogas, nos últimos anos os enunciados lançaram visibilidade a comportamentos que possibilitam a transmissão do vírus, provocando um embate discursivo entre “grupos de risco” e “comportamentos de risco”.

Em *Galileu*, os enunciados do título, da legenda e da linha-fina comportam, por outro lado, conceitos contemporâneos, possibilitados por outros acontecimentos no seio do arquivo discursivo sobre HIV/Aids. Ao destacar, no título da manchete, que a pior parte de se viver com HIV é o preconceito, a revista trata o status de soropositivo como uma condição de saúde crônica, não invariavelmente letal. Tanto para quem vive com HIV, como para quem desenvolve a Aids, ainda não há cura definida, mas é possível viver de forma saudável com o tratamento baseado em medicamentos antirretrovirais. O discurso é reforçado tanto pela fotografia como pela legenda: na primeira, Estrela aparece com uma aparência considerada saudável e na segunda é dito que ele vive com o vírus há sete anos – tempo que, sem tratamento, seria suficiente para causar danos físicos visíveis, a exemplo daqueles observados em Cazuzza, na capa de *Veja*. A linha-fina traz ainda outros conceitos: o remédio preventivo faz referência à Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) contra HIV, cujo acontecimento

discursivo se deu após o desenvolvimento do Truvada⁸, no início deste século; já o teste de farmácia traz, no próprio histórico, a discursivização dos exames para detecção de HIV no organismo, começando pela primeira geração do Ensaio de Imunoabsorção Enzimática (Elisa), na década de 1980.

Além dos conceitos relacionados à medicina, as manchetes de *Veja* e *Galileu* reforçam outros, derivados do direito e da religião, delineando um campo de concomitância – aquele no qual se observam “[...] enunciados que se referem a domínios de objetos inteiramente diferentes, mas que atuam entre os enunciados estudados [...]” (FOUCAULT, 2017, p. 69). Conforme mencionado anteriormente, *Veja* traz explicitamente na capa o conceito de vítima, deslocado do campo do direito para o campo da saúde, para traçar o que Foucault (2017) chama de “conformação analógica”: cria-se um paralelo entre a vítima de um crime e a vítima de uma doença, a partir de um cruzamento cuja natureza é análoga. As concepções de depoimento e interrogatório, também derivadas do direito, podem ser observadas, de forma implícita, na manchete de *Galileu* (“Eu vivo com HIV e o preconceito é a pior parte”): a construção sintática remete a uma confissão pública, como aquela feita a policiais, a juízes ou, ainda, a repórteres à procura de furos jornalísticos. No que tange à religião, as noções de pecado, castigo e peste subjazem na arquitetura de ambos os objetos de análise, principalmente nas fotografias de Cazusa e Estrela: elas funcionam como a exposição pública de pessoas que pecaram e, portanto, foram castigadas.

Com esta análise, observa-se que as capas de *Veja* e *Galileu* se inserem no arquivo sobre HIV/Aids composto desde o início dos anos de 1980 no Brasil. Os enunciados das publicações delineiam discursos e integram formações discursivas, algumas restritas ao início da pandemia (Aids como doença letal), outras contemporâneas (Aids como doença crônica) e outras ainda que atravessam todo o tempo até a atualidade (Aids como doença de homossexuais/bissexuais). Nesse movimento realizado pela produção jornalística, reafirmam-se abordagens e conceitos relacionados à Aids, derivados sobretudo de um cruzamento entre discursos da medicina, do direito e da religião – áreas do saber que, apesar de contraditórias em alguns de seus pressupostos, encontram-se nas condições de delimitação do objeto e no campo de concomitância conceitual. Assim, por meio das condições de formação dos objetos, das modalidades enunciativas e dos conceitos, verifica-se o movimento discursivo sobre HIV/Aids nas duas publicações analisadas, abrangendo a estrutura verticalizada que vai do enunciado ao arquivo, passando pelo discurso, pelas formações discursivas e pelo *a priori*

⁸ Truvada é o nome comercial mais conhecido do medicamento utilizado como PrEP, composto por dois antirretrovirais, o entricitabina e o fumarato de tenofovir desoproxila (CONNIFF; EVENSEN, 2016).

histórico. É nesse processo, cujo resultado poderia ter sido absolutamente outro diante de condições diferentes, que se verifica a concepção de história geral, de ocorrências dispersivas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor a desnaturalização dos discursos, buscando suas regras de formação, Foucault (2017) problematiza a maneira como a sociedade conhece diversos objetos. Uma das principais perguntas que o filósofo formula em *A arqueologia do saber* é, justamente, por que determinados discursos aparecem, em detrimento de inúmeros outros, definindo o modo como os seus objetos serão vistos/entendidos? Pela sua natureza, os discursos aderem à noção de história geral, como uma história cujos acontecimentos se dão de forma dispersiva, e delimitam a formação de subjetividades, diferenciando os sujeitos no espaço social.

O HIV e a Aids delimitam um objeto discursivo. Desde que a pandemia se instalou, no início dos anos de 1980, o vírus e a doença foram discursivizados, delineando subjetividades para aqueles que recebiam o diagnóstico positivo. Os discursos presentes nos enunciados analisados de *Veja* e *Galileu* vêm de lugares variados: alguns se mantêm, a exemplo daqueles derivados do direito e da religião, e outros mudaram ao longo do tempo, como os do campo da medicina.

Chama a atenção, porém, a persistência do discurso que alia a enfermidade ao grupo de homens que fazem sexo com outros homens, com destaque para os homossexuais e os bissexuais. Ao destacarem nas fotografias apenas personagens que se encaixam nesse grupo, e ainda que os retratos sejam distintos no nível do conteúdo, as publicações reforçam uma ligação que se deu discursivamente logo que a imprensa começou a noticiar as mortes por uma doença misteriosa em 1981 nos Estados Unidos.

Ao longo da pesquisa, a análise enunciativa foi motivada pela necessidade de investigar os efeitos de evidência nos discursos das manchetes tomadas como objetos, a partir das regras de formação dos objetos, das modalidades enunciativas e dos conceitos. Com isso, pode-se visualizar o movimento discursivo sobre HIV/Aids nas duas publicações, no interior da estrutura que engloba o acontecimento, o enunciado, o discurso, as formações discursivas, o *a priori* histórico e o arquivo. O estudo se deu a partir de enunciados, pois são partículas facilmente isoláveis - verificou-se os discursos que os compõem e que eles compõem, determinando as formações discursivas, o *a priori* histórico e o arquivo sobre HIV/Aids.



A observação desse movimento discursivo ajuda a compreender por que a Aids é vista da maneira como é vista pela sociedade brasileira. Evidentemente, a análise apresentada neste artigo é insuficiente para se entender o fenômeno em profundidade maior. No entanto, o estudo pode servir de estímulo a novas pesquisas, com vistas ao aprimoramento do debate sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, L. K. Rare cancer seen in 41 homosexuals. **The New York Times**, Nova York, 3 jul. 1981. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1981/07/03/us/rare-cancer-seen-in-41-homosexuals.html>. Acesso em: 6 maio 2022.

CONNIFF, J.; EVENSEN, A. Preexposure Prophylaxis (PrEP) for HIV prevention: the primary care perspective. **Journal of the American Board of Family Medicine**, v. 29, n. 1, p. 143-151, jan.-fev. 2016.

DANIEL, H. O primeiro AZT a gente nunca esquece. *In*: DANIEL, H.; PARKER, R. (org.). **AIDS, a terceira epidemia: ensaios e tentativas**. São Paulo: Iglu, 1991. p. 124-127.

ESTATÍSTICAS. **Un aids**, 2021. Disponível em: <https://un aids.org.br/estatisticas>. Acesso em: 7 maio 2022.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. Código de ética dos jornalistas brasileiros. **Fenaj**, Vitória, 4 ago. 2007. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros.pdf>. Acesso em: 6 maio 2022.

FERRARI SOARES, A. S. **A homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990)**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

FRANCE, D. **How to survive a plague: the story of how activists and scientists tamed Aids**. Londres: Picador, 2017.

GALILEU. São Paulo: Editora Globo, n. 313, ago. 2017.

GUIBERT, H. **Para o amigo que não me salvou a vida**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

JARDIM, E. **A doença e o tempo: aids, uma história de todos nós**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

JEOLÁS, L. S. **Risco e prazer: os jovens e o imaginário da aids**. Londrina: Eduel, 2007.

LIMA, C. de C. Cazuza: exagerado. **Superinteressante**, São Paulo, 31 out. 2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/cultura/cazuza-exagerado>. Acesso em: 6 maio 2022.





PAZ, J. **Aids anunciada**: a publicidade e o sexo seguro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SANCHES, H. O. **Dispositivo de sexualidade, sujeito e a Aids no Brasil de 1980**: um estudo discursivo. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

SOARES, M. **A Aids**. São Paulo: Publifolha, 2001.

TIMERMAN, A.; MAGALHÃES, N. **Histórias da AIDS**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

UNAIDS. **Guia de terminologia do Unaid**s. Brasília: Unaid

s, 2017.

VEJA. São Paulo: Editora Abril, n. 1.077, 26 abr. 1989.

“VEJA” revolta Cazuzza e seus amigos. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 26 abr. 1989. Caderno 2, p. 3.

Artigo recebido em: 21/06/2022

Artigo aprovado em: 30/09/2022

Artigo publicado em: 01/11/2022

COMO CITAR

RAMARI, T. H.; NAVARRO, P. Discurso e HIV/Aids: uma análise de manchetes das revistas brasileiras *Veja* e *Galileu* sob a perspectiva arqueogenológica de Michel Foucault. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 11, p. 1-18, e02210, 2022.

